

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$ 38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25,8 milhões, e Subexecutores, US\$ 21,9 milhões.

O financiamento repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

O Convênio GF/MP/SEGES nº 11/2006 - PROMOEX, publicado no DOU em 13/04/2006, com vigência prevista de três anos contados dessa data, firmado Com o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, no âmbito do contrato de empréstimo BID 1628/OC-BR, tem como objetivo principal a execução do PROMOEX no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC. Por conta de aditivos o Convênio foi posteriormente a vigência do convênio foi prorrogada até as seguintes datas: 31/12/2010, 31/03/2011, 31/12/2011, 30/06/2012 e 31/03/2013.

O Convênio GF/MP/SEGES nº 11/2006 - PROMOEX previu inicialmente recursos da ordem de R\$ 5.715.987,46 (US\$ 1.971.030,16), sendo R\$ 3.358.879,20 (US\$ 1.158.234,21) oriundos do Governo Federal (MP) por conta do financiamento externo (BID) e R\$ 2.357.108,23 (US\$ 812.795,95) de contrapartida local (TCE/SC) - base cambial de US\$ 1,00 = R\$ 2,90.

Com a última prorrogação do Convênio, realizada através do Termo Aditivo nº 02/11, assinado em 08/09/2011 e publicado no DOU em 29/09/2011, no Plano de Trabalho desse aditivo consta os valores do convênio atualizados para a taxa cambial de US\$ 1,00 = R\$

2.04. Segundo essa base cambial o valor total do Projeto é de R\$ 4.020.901,50 (US\$ 1.971.030,16), sendo R\$ 2.362.797,78 (US\$ 1.158.234,21) oriundos do financiamento externo e R\$ 1.658.103,72 (US\$ 812.795,95) de contrapartida local.

Para atingir as metas do programa de modernização, o TCE de Santa Catarina já investiu, até junho de 2012, R\$ 2.944.639,95. O valor corresponde a 74,78% do total de recursos previstos no Convênio MP/Promoex nº 011/06, firmado com o Ministério do Planejamento, em 3 de abril de 2006. Do montante total investido, 57,65% são recursos resultantes de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com base no Contrato nº 1.628- OC/BR, assinado pela instituição financeira e o Governo Federal — os outros 42,78% vieram da contrapartida do TCE/SC. As informações são da Unidade de Execução Local (UEL) do Promoex.

Dos nove produtos mínimos exigidos pelo convênio com o Governo Federal, a Corte de Contas Catarinense já executou oito: 1) atualização e alimentação com novas informações do Portal Nacional que está conectado à Rede Nacional dos Tribunais de Contas; 2) execução todos os pontos de controle da LRF e disponibilização das informações da fiscalização da LRF através do SAGF (Sistema de Acompanhamento da Gestão Fiscal); 3) compartilhamento de soluções técnicas com os outros Tribunais de Contas; 4) celebração de acordos de cooperação visando ampliar a eficácia das ações de controle e realizou interações com a sociedade em prol do controle social; 5) execução das auditorias operacionais previstas e capacitação dos gestores públicos; 6) realização do mapeamento e redesenho dos processos finalísticos; 7) implantação do planejamento estratégico; 8) definição de uma política de gestão de pessoas.

Esta sendo realizado um novo processo de contratação para executar o Plano Estratégico de Tecnologia de Informação (TI). O processo anterior foi cancelado em comum acordo com as partes, sem ônus para o TCE/SC. O objetivo do plano continua sendo valorizar a interrelação entre o TCE/SC, o governo e a sociedade, facilitando o acesso às informações de interesse público e assegurando, de forma progressiva, a acessibilidade a serviços e sistemas, elevando os níveis de qualidade dos resultados na área de TI, tanto para atender as necessidades do próprio Tribunal como para responder às exigências do controle social. O plano, deve observar as exigências da Lei Federal 12.527 (Lei de Acesso à Informação), de 18.11.2011, que regula o acesso às informações da Administração Pública.

Para 2012, entre as principais ações a serem executadas, com recursos do programa nacional, já estão sendo licitadas a implantação do projeto de radiodifusão — com a disponibilização de mais um canal de notícias pela Internet — e o desenvolvimento de um novo Portal do TCE/SC. Ambos vão ampliar as oportunidades de difusão de informações de interesse público, interação com a sociedade e estímulo à cidadania e à operação do controle social. A proposta do Portal é atender melhor as atuais demandas da sociedade e de segmentos específicos de públicos-alvo da Instituição. O projeto deverá considerar os mais recentes conceitos da arquitetura da informação, a integração e gestão eficiente de conteúdos para racionalizar processos de trabalho — manutenção e atualização — e os critérios de acessibilidade e usabilidade internacional e nacionalmente aceitos.

Foi realizada uma revisão no plano de aquisição 2012 e a distribuição dos investimentos passou a ser a seguinte:

TABELA 21 – PLANO DE AQUISIÇÃO COM RECURSOS DO PROMOEX 2012

Descrição	Recursos BID	Recursos TCE	Total
Aquisição de Bens	309.231,71	65.325,47	374.557,18
Contratação de Serviços	288.494,92	173.230,01	461.724,93
Total	597.726,63	238.555,48	836.282,11

Fonte: DPE/UJEL

Dos valores repassados pelo Governo Federal restam ainda a ser aplicados R\$ 705.389,49. Além desse saldo, existe também o montante de R\$ 159.096,75, do resultado das aplicações financeiras dos recursos repassados. Somados os saldos, representam um disponível financeiro de R\$ 864.486,24.

Do valor da contrapartida restam serem aplicados os montantes de R\$ 328.025,85 do valor programado no Projeto, o valor de R\$ 82.905,00 de despesas imprevistas, e resultado das aplicações financeiras do saldo da contrapartida no valor de R\$ 18.903,30. Assim, somando os saldos financeiros, restam a ser aplicado, por conta da contrapartida, R\$ 429.834,15.

No segundo trimestre de 2012, o Tribunal de Contas investiu o montante de R\$ 111.509,07, dos quais R\$ 108.209,95 foram com recursos da fonte Governo Federal / BID e R\$ 3.299,12 da contrapartida deste Tribunal.

4.2. Atividades do GesPública

Integrante da DPE participou, como representante do Núcleo Catarinense do Programa GesPública, em reunião na Capital Federal, que envolveu participantes do Distrito Federal, Goiás, Pará, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia, bem como do ministério auspiciador: do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O evento focou a avaliação dos núcleos estaduais/regionais e da direção nacional em 2011.

Outro aspecto tratado foi sobre o controle social, especialmente na denominada “Gestão Pública Democrática”, cuja ênfase está no direcionamento a resultados.

No contexto do Programa e em face da paralisação do núcleo central do MPOG, houve uma solicitação à Rede de Colaboradores do GESPÚBLICA para reforçar a sua efetiva participação neste momento de revitalização deste Programa, cujas ações envolvem:

a) revisão dos critérios de excelência do sistema de gestão pública, com vistas à incorporação dos princípios e valores da administração pública democrática, voltada para resultados e da linguagem própria do setor público, preservado o seu alinhamento aos critérios de excelência da Fundação Nacional da Qualidade;

b) refinamento nos conteúdos dos cursos do GESPÚBLICA e definição de estratégia descentralizada de *execução* que possa conceder maior alcance; e

c) Relançamento do PQGF, Prêmio Nacional da Gestão Pública, entendida como uma das ações estratégicas do Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização que tem como finalidade destacar, reconhecer e premiar as organizações públicas que comprovem alto desempenho institucional com qualidade em gestão.

4.3. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 256 manifestações. Destas, 54,30% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 22.

TABELA 22 – DESCRIÇÃO DE DEMANDAS DOS CIDADÃOS

Natureza da Demanda	2º trimestre 2012	
	Quantidade	%
Críticas	6	2,34
Sugestões	5	1,95
Reclamações	61	23,83
Solicitações de Informações	139	54,30
Fornecimento de Informações relevantes	17	6,64
Acesso à informação Lei nº12.527/11	19	7,42
Outros	9	3,52
Total	256	100,00

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem com a Ouvidoria, conforme dados da Tabela 23.

TABELA 23 – MEIOS DE ACESSOS À OUVIDORIA

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Carta	4	1,56
Email	56	21,88
Fax	1	0,39
Portal do TCE	193	75,39
Atendimento Pessoal	2	0,78
Total	256	100,00

Fonte: Ouvidoria

4.4. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgar sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no segundo trimestre de 2012, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 24 a 29.

4.4.1. Comunicação Interna

TABELA 24 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
1322	167	139	242	1870

Fonte: ACOM

TABELA 25 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
89	17	22

Fonte: ACOM

4.4.2. Comunicação Externa

TABELA 26 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
32	31	278

Fonte: ACOM

TABELA 27 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
50	51	11	1	113

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 - A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

TABELA 28 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
172	32	18	41

Fonte: ACOM

TABELA 29 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
171	22	49

Fonte: ACOM

4.5. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no segundo trimestre de 2012.

TABELA 30 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
S/Nº	TERMO DE COOPERAÇÃO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - TCE/RO	Estabelecer conjugação de esforços entre os signatários com vistas à obtenção de maior eficácia e racionalidade nos procedimentos relacionados à apuração de eventuais irregularidades ou ilegalidades praticadas por agentes públicos ou terceiros, bem como ampliar as ações conjuntas direcionadas ao exercício do controle, acompanhamento e fiscalização da gestão do gasto público e dos atos da administração, mediante: a) intercâmbio da estrutura técnica e físico-operacional, em razão da congruência de atribuições institucionais na defesa do patrimônio e interesse público; b) cooperação recíproca na capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos do TCE/SC e TCE/RO na área de fiscalização e controle externo, incluindo a participação em seminários, ciclos de estudos e debates realizados pelos partícipes; c) troca de experiências e de conhecimentos no domínio das funções de controle; d) busca de formas de ampliação do entrosamento entre os TCE/SC e o TCE/RO visando estabelecer e dinamizar redes ou canais de comunicação permanente entre seus dirigentes e quadros funcionais, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle externo.	SEM	DOTC-e nº 996, 31/05/2012, p. 11

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE